



ACÓRDÃO Nº895/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12424/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Polícia Militar do Estado do Amazonas – PMAM.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Ronaldo Negreiros da Silva (Ordenador de Despesa), Jerry Andrade de Menezes (Ordenador de Despesa), Jose Carlos Lopes de Souza (Ordenador de Despesa), Ayrton Ferreira do Norte (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2706/2021-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Recomendação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do CEL QOPAM Sr. **Ayrton Ferreira do Norte**- Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas, período de 01/01 a 31/12/2019, Sr. **José Carlos Lopes de Souza**, ordenador de despesas no período de 01/01 a 07/01/2019; Sr. **Jerry Andrade de Menezes**, ordenador de despesas no período de 07/01 a 22/02/2019, e CEL. **Ronaldo Negreiros da Silva**, ordenador de despesas no período de 13/05 a 31/12/2019;

10.2. Dar quitação ao CEL QOPAM **Ayrton Ferreira do Norte** - Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas, período de 01/01 a 31/12/2019, Sr. **José Carlos Lopes de Souza**, ordenador de despesas no período de 01/01 a 07/01/2019; Sr. **Jerry Andrade de Menezes**, ordenador de despesas no período de 07/01 a 22/02/2019, e CEL. **Ronaldo Negreiros da Silva**, ordenador de despesas no período de 13/05 a 31/12/2019, nos termos regimentais desta Corte de Contas;



ACÓRDÃO Nº895/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Recomendar a Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM:

10.3.1 Quanto a Notificação 291/2020-DICAD:

Item 01- Aos eméritos julgadores que determine a futura comissão de inspeção desta Corte de Contas, que cobre plano de ação da PMAM no sentido de efetivar tais pendências.

Item 09 - A Unidade Gestora que demonstre os Termos de Responsabilidade nas próximas prestações de contas anuais, guiando-se pelo modelo proposto no Relatório Conclusivo da DICAD.

Item 10 - a) Nada obstante, em homenagem aos princípios regentes da ciência contábil, alertar ao interessado para que determinem minuciosa investigação da origem de tais registros a fim de baixar contabilmente eventuais pendências insubsistentes;

- **b)** A Unidade Gestora que Oficie a SEFAZ para atualizar as pendências bancárias dentro do exercício, evitando assim, que seja remanejada para outros exercícios financeiros.

10.3.2 Quanto a Notificação nº 293/2020-DICAD

Item 08 - A Unidade Gestora nº 22103-PMAM maior atenção, quando do envio da documentação da Prestação de Contas anual ao TCE.

Item 10 - A Unidade Gestora, que Oficie a SEFAZ para atualizar as pendências bancárias da Unidade Gestora nº 17.125 dentro do exercício, evitando assim, que seja remanejada valores para outros exercícios financeiros..

10.4. Determinar a Secretaria do Tribunal Pleno:

a) Encaminhe à atual Administração do Órgão cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

b) Notifique os interessados, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

c) Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE/AM

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Agosto de 2021.

